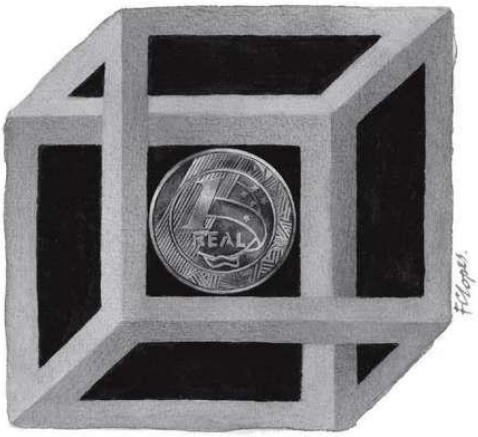
De volta à estagflação?

» ARMANDO CASTELAR
Coordenador de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV) e professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ) —@ACastelar



O Brasil está vivendo um processo de estagflação? Essa pergunta me foi colocada algumas vezes no último par de meses, não sem causar preocupação. Como também preocupa que as autoridades econômicas tenham de vir a público negar que isso esteja ocorrendo ou ter de aproveitar todas as oportunidades para afirmar que "a inflação está sob controle", o que por si só já mostra que as pessoas não parecem muito convencidas disso.

Têm razão as pessoas que enxergam na situação atual um quadro de estagflação? Bem, não, mas também sim. Se comparado ao período entre a crise da dívida externa, no início dos anos 1980, e o Plano Real, a resposta é claramente não. De 1981 a 1993, o PIB per capita caiu em média 0,1% ao ano, enquanto a inflação média anual ficou em 469%. Já em 2012-2015, tomando como base as projeções medianas de mercado, o PIB per capita terá aumentado 0,5% ao ano e a inflação média terá ficado em 6,1%.

Por seu lado, também se pode argumentar que a economia brasileira está mergulhando em um quadro de estagflação. Esse termo, uma contração de estagnação com inflação, surgiu nos anos 1970, quando vários países desenvolvidos passaram a conviver com baixo crescimento e inflação elevada. Essa era uma combinação nova, até certo ponto uma impossibilidade, de acordo com a teoria econômica de então.

A estagflação dos anos 1970 surgiu de dois fenômenos distintos. De um lado, o fim do período de rápido crescimento da produtividade, que permitiu uma grande melhoria do padrão de vida nos países ricos entre o fim da Segunda Guerra e o primeiro choque do petróleo (1973). As causas por trás dessa desaceleração ainda são um mistério, mas alguns a atribuem à exaustão de um ciclo de inovações em parte associadas ao próprio esforço de guerra. O potencial de crescimento da economia caiu e as autoridades demoraram a perceber isso.

De outro lado, da tendência das autoridades de acomodarem o impacto inflacionário do primeiro choque do petróleo e da expansão fiscal associada à Guerra do Vietnã. À época, os bancos centrais temiam que apertar a política monetária para combater a alta da inflação iria gerar um crescimento ainda mais baixo e optaram por não subir os juros. Com o tempo, as expectativas de inflação subiram e o uso de mecanismos de indexação se generalizou.

Como se sabe, a inflação alta eleva a incerteza e reduz o crescimento da produtividade, desestimulando o investimento. O resultado da tolerância dos bancos centrais foi inflação alta e crescimento baixo, a estagflação.

O atual quadro brasileiro tem várias coisas em comum com essa situação. Uma delas, a tolerância com a inflação e a percepção equivocada de que combatê-la vai comprometer o crescimento. Como nos anos 1970, também se tem recorrido a um semicongelamento de preços importantes, na expectativa de que esse seja temporário, até que a inflação caia, sozinha, como que por gravidade.

Inflação alta, controles de preços, inclusive do câmbio, e outras políticas que lembram os anos 1970 não têm tido mais sucesso desta vez do que então. O potencial de crescimento não inflacionário da economia brasileira despencou, situando-se atualmente na faixa de 1,5% ao ano. Isso ajuda a explicar por que a inflação permanece alta, apesar de o PIB crescer tão pouco.

Assim, na média de 2014-2015, o Brasil deve ter queda da produtividade do trabalho, crescimento nulo do PIB per capita, ou até uma queda, e uma inflação média que, se forem corrigidos os preços administrados e o câmbio, ficará na faixa de 7% ao ano, ou mais. Trata-se de um quadro de estagflação, em que a estagnação da renda não funciona para derrubar a inflação.

Mais preocupante do que um ou outro ano de estagflação, porém, é o risco de que essa perdure por vários anos. Esse é um risco real. As medidas de estímulo ao crédito adotadas nas últimas semanas, na contramão da alta da Selic nos meses anteriores, mostram que a tolerância com a inflação segue alta e que o diagnóstico oficial de por que a economia brasileira cresce pouco continua falho.

O que se observa é um redobrado foco na falta de crédito, como se o problema fosse falta de demanda, e não a queda do crescimento potencial. Não é difícil imaginar um cenário em que, após as eleições, esse diagnóstico continue levando a políticas de estímulo ao consumo, de um lado, e ao controle de preços, de outro. O resultado será um agravamento do quadro de estagflação, conforme o investimento e o crescimento da produtividade se retraiam ainda mais.

Anistia sim, impunidade não

» ATILA ROQUE
Historiador, é diretor executivo da Anistia Internacional Brasil

Em 28 de agosto de 1979, o então presidente da República, general João Baptista Figueiredo, sancionou a Lei nº 6.683, que concedeu anistia aos que cometeram "crimes políticos, ou conexos, ou tiveram seus direitos cassados". A Lei da Anistia foi etapa importante na transição da ditadura para a democracia, mas também abriu espaço para a impunidade dos agentes do Estado que cometeram crimes contra a humanidade durante o regime militar.

Passados 35 anos de sua promulgação, com grande atraso em relação ao restante da América Latina, o Brasil vem se defrontando com as revelações e com vasta documentação levantadas pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e das cerca de 80 comissões da verdade em atividade no país.

O que tem vindo à tona, com grande dramaticidade, já era uma realidade para pesquisadores, ativistas de direitos humanos e familiares de vítimas da ditadura, mas pela primeira vez ganha a visibilidade merecida: agentes do Estado cometeram sistematicamente, em pleno exercício de suas funções, um elenco de crimes de lesa humanidade, como tortura, assassinatos e desaparecimento de opositores do regime militar. Esses crimes faziam parte da estratégia organizada da repressão e, diante desse contexto, é hora de revisar a Lei de Anistia para finalmente alcançar a justiça.

Desde o fim do regime autoritário brasileiro, houve mudanças no direito internacional que consolidaram o conceito de "crimes contra a humanidade", evocado pela primeira vez nos tribunais de Nuremberg e de Tóquio, que julgaram atrocidades dos alemães e japoneses na Segunda Guerra. Nas décadas de 1980-2010, julgamentos como os das juntas militares na Argentina, dos genocídios em Ruanda, na ex-Iugoslávia e no Camboja, e a criação do Tribunal Penal Internacional estabeleceram a norma de que crimes como tortura, estupro, assassinato e desaparecimento forçado, quando cometidos no âmbito de uma repressão política sistemática por agentes do Estado ou do poder que domine certo território, são tão graves que não podem ser anistiados nem prescreverem.

Essas normas foram aplicadas recentemente em diversos países da América Latina que sofreram ditaduras, levando a processos judiciais na Argentina, na Bolívia, no Chile, na Guatemala, no Peru e no Uruguai, em alguns casos com a prisão de ex-chefes de Estado. As leis de anistia foram revisadas ou revogadas. O Brasil é exceção: uma ilha de impunidade na qual ninguém foi punido por violações de direitos humanos no período autoritário, apesar da adesão do país aos acordos internacionais para punir crimes contra a humanidade.

Com frequência, os defensores da impunidade usam os argumentos de que a Lei de Anistia teria sido um "pacto" e que seria necessário perdoar as atrocidades cometidas pelos "dois lados". São justificativas frágeis. O movimento por uma "anistia ampla, geral e irrestrita" foi uma campanha histórica da sociedade civil, que lutava para reorganizar-se em plena vigência do AI-5 e de outras legislações de exceção, mas não se tratou de uma negociação que envolvesse plenamente e sem restrições todos os setores da oposição, especialmente os mais atingidos pela ditadura. Também é indevida a tese dos "dois lados", como se tivéssemos vivido no Brasil algo parecido com uma guerra civil ou insurreição armada contra o regime. O episódio da guerrilha do Araguaia nem de longe se equivale a tal cenário e foi brutalmente dizimado pelo regime militar.

O golpe civil-militar de 1964 abriu caminho para a implantação de um Estado de exceção que violou sistematicamente os direitos da população — inclusive daquelas pessoas que o apoiavam, e que também tiveram restritos seus direitos ao voto, seu acesso à imprensa e às artes livres, entre outros —, e que fez uso da violência institucional extrema na repressão daqueles que a ele se opuseram, a maioria de maneira absolutamente pacífica, como foi o caso de Rubens Paiva e Vladimir Herzog.

Se queremos seguir adiante e deixar para trás, definitivamente, a herança da ditadura, precisamos olhar de frente esse passado em que agentes do Estado cometeram crimes contra a humanidade e revisar a Lei da Anistia de 1979 para que possamos finalmente fazer justiça a todos que sofreram, morreram e sobreviveram à violência do Estado. Não existe a possibilidade de perdão sem justiça. Para isso, precisamos julgar os responsáveis por crimes contra a humanidade.

ARI CUNHA
DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Água e política

São Paulo e parte do Sudeste vivenciam hoje o que o Nordeste já conhece há séculos e o que cidades do Centro-Oeste, como Brasília, vão experimentar em futuro bem próximo: a crise no abastecimento de água para a população. Essa crise é anunciada e atinge o mais importante e vital bem para o ser humano. Vem de uma sequência gradativa de erros que, contrariamente aos fenômenos naturais, podem e deveriam ser corrigidos o quanto antes. No caso específico de Brasília e da região do Entorno, os erros maiores podem ser creditados primeiramente ao modelo de política representativa que foi imposto à cidade a partir de 1988. Deu-se início, justamente, com chegada da emancipação política por estas bandas, que proporcionou um gigantesco e desordenado processo de ocupação e adensamento do solo. O pedaço de chão foi transformado em moeda de troca política. À adoção do modelo candango de um voto por um lote, seguiu-se, de imediato, uma invasão orquestrada a toda e qualquer área desocupada da cidade e do Entorno. Desse processo desenfreado e sem planejamento prévio não escaparam nem os sítios próximos aos cursos d'água nem as áreas de ocorrência de nascentes. O que se tem hoje é um sério comprometimento da maioria das bacias hidrográficas da região, principalmente das bacias do Paranoá e do Descoberto. O adensamento dessas áreas trouxe, de pronto, o desmatamento desenfreado e o lançamento do lixo e do esgoto nos cursos d'água próximos. Na contramão dessas décadas de descaso e oportunismo político, o volume de captação de água potável vem diminuindo a cada ano. A companhia que devia cuidar desses recursos de forma racional e isenta encontra-se hoje, à semelhança da maioria das empresas públicas, aparelhada e esvaziada em seus quadros técnicos, blindada pela agência reguladora. Como a falta de planejamento urbano cobra seu preço, o que se apresenta como futuro imediato é a população consumindo água diretamente do Lago Paranoá.

A frase que foi pronunciada

"Se a boca se cala,
falam as pontas dos dedos."
Freud

Melhorias

» Falta gente especializada para verificar as falhas das placas de trânsito, dos semáforos e das sinalizações no asfalto. Na Asa Norte, continua o perigo em frente ao Parque Olhos d'Água. Quem sabe onde ficava a faixa de pedestre atravessa como se ali ela estivesse. O motorista que não conhece a área é pego, constantemente, de surpresa. É comum ouvir o freio repentino. Na entrada do Lago Norte, a pista da direita no primeiro sinal não está liberada para quem entra à direita. Não faz sentido parar ali se o trajeto independe do fluxo de carros. Placas pela cidade e redondeza continuam colocadas depois das entradas indicativas, o que não faz o menor sentido.

Preciosidades 2014

» Toninho do PSol, durante o debate no SBT, colocou a questão para Arruda: "Como psicólogo, eu avalio que o senhor se enquadra na dissimulação". Arruda rebateu: "E como engenheiro, eu avalio que te falta estrutura".

No aperto

» Foi feia a queda do governador Agnelo. De moto, na residência oficial, levou pontos na coxa. Foi atendido no HRT. A dor era muita. Não foi possível aguentar o atendimento normal. Entrou pela porta dos fundos. O mérito da questão é o governador ter escolhido um hospital público. Ponto para ele.

Continua

» Quem tem a oportunidade de passear pela orla lacustre pode perceber que ainda há muitas mansões com construções irregulares. No Setor de Mansões do Lago Norte, garagens de barco são as obras mais comuns. Como o Ministério Público, o Governo do DF e a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural (Prodema) não se comunicam, ganha quem não cumpre as regras.

Com a palavra...

» Lucio Mena Pimentel, da Imprensa da Petrobras, corrige a coluna dizendo que "a Petrobras não segue com contas deficitárias". Ao contrário disso, a companhia vem apresentando resultados positivos, registrando neste primeiro semestre de 2014 lucro líquido de R$ 10,4 bilhões. Segundo ranking recente da consultoria Economática, a Petrobras é a empresa com maior lucro líquido do país no segundo trimestre de 2014, totalizando R$ 5 bilhões. O ranking foi elaborado com base nos resultados financeiros apresentados por 362 empresas de capital aberto, de 23 setores da economia, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O consumidor

» Ressalta ainda que, "a partir do ano que vem, é previsto que a Petrobras tenha geração de caixa superior a investimentos, por conta do aumento da produção de petróleo, com a previsão de crescimento de 7,5% este ano, da menor dependência de importações de derivados, pela expansão do seu parque de refino e da convergência dos preços no Brasil com as referências internacionais, conforme a política de preços de diesel e gasolina".

História de Brasília

A primeira entrevista depois de avô, trouxe para o senhor Jânio Quadros o gabarito de um estadista, tal a maneira como tratou todos os assuntos. (**Publicado em 26/7/1961**)